

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.085.365 - SP (2017/0082772-3)

RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA
AGRAVANTE : ULLIAN ESQUADRIAS METALICA LTDA
ADVOGADO : RICARDO NUSSRALA HADDAD E OUTRO(S) - SP131959B
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : MÁRCIA FERREIRA COUTO E OUTRO(S) - SP093215

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pela ULLIAN ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA., em que pretende a admissão de recurso especial que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 779):

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE – Juros de mora previstos na Lei Estadual nº 13.918/09 – Possibilidade de exame da constitucionalidade do novo regime adotado pelo legislador para o cômputo dos juros de mora incidentes sobre crédito de ICMS, em exceção de pré-executividade, quando é certo que em nenhum momento a FESP abriu controvérsia quanto ao fato de efetivamente haver aplicado a lei nova nos cálculos que trouxe aos autos – Aplicável a Taxa SELIC, conforme previsão da Lei nº 10.175/98, e nos termos de recente orientação da Suprema Corte – Agravo de instrumento parcialmente provido, prejudicado o exame do Agravo Regimental.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 840/842).

No apelo nobre (e-STJ fls. 817/827), a empresa recorrente apontou violação dos arts. 20, § 4º, e 535 do CPC/2015. Sustentou, em resumo, que o acolhimento de exceção de pré-executividade, ainda que parcial, impõe a condenação da Fazenda exequente em honorários advocatícios.

Contrarrazões às e-STJ fls. 97/105.

O Tribunal de origem obistou o recurso especial por entender incidente a Súmula 7 do STJ (e-STJ fl. 886); fundamento esse com o qual não concorda a agravante (e-STJ fls. 896/904).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 906).

Passo a decidir.

Inicialmente, destaco que o Plenário do STJ decidiu que “aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça” (Enunciado Administrativo 2, sessão de 09/03/2016).

Feita essa consideração, importa salientar que o recurso especial obstado se origina de agravo de instrumento interposto pela empresa recorrente contra decisão de primeiro grau que rejeitou exceção de pré-executividade aviada contra o índice adotado para fins de correção monetária e juros.

Superior Tribunal de Justiça

Irresignada, a empresa agravou, tendo o TJ/SP dado parcial provimento ao recurso da empresa, para determinar a aplicação da taxa Selic.

Na sequência, em sede de embargos de declaração, a Corte bandeirante justificou assim justificou o não arbitramento da verba honorária:

Diferentemente do entendimento do Embargante, "nos incidentes e nos recursos, não cabe a condenação em honorários, que só será pronunciada na sentença que puser termo ao processo, julgando ou não o mérito." (RTJ 105/388). E é esta precisamente a hipótese dos autos, uma vez que o v. Acórdão, ora embargado, não pôs termo à execução, limitando-se a reconhecer apenas em parte o excesso de execução.

Nesse contexto, tenho que assiste razão à recorrente.

Com efeito, segundo a jurisprudência desta Corte Superior, o acolhimento da exceção de pré-executividade, ainda que parcial, enseja arbitramento de verba honorária.

Nesse sentido:

RECURSO FUNDADO NO NOVO CPC/2015. TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento firme no sentido de ser cabível a condenação em honorários em exceção de pré-executividade, ainda que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal.

[...]

(AgInt no REsp 1.616.217/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 24/11/2016).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ITR. PRESCRIÇÃO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ACOLHIMENTO PARCIAL. CABIMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRECEDENTES. ART. 535 DO CPC. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Consoante a pacífica jurisprudência desta Corte Superior, "O acolhimento do incidente de exceção de pré-executividade, mesmo que resulte apenas na extinção parcial da execução fiscal, dá ensejo à condenação na verba honorária proporcional à parte excluída do feito executivo" (AgRg no REsp 1.085.980/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 6/8/2009).

[...] (AgRg no AREsp 490.900/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/11/2014, DJe 03/12/2014).

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, "c", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para DAR PROVIMENTO ao recurso especial, a fim de, cassando o acórdão recorrido, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem, para que proceda ao arbitramento da verba honorária resultante do acolhimento da exceção de pré-executividade.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

